

13 MAI 1988

Os técnicos do FMI recomendam juros e taxas reais em nível de inflação

FOLHA DE SÃO PAULO

Empresários consideram tabelamento 'fora do real'

Da Reportagem Local
e da Redação

O primeiro vice-presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, disse ontem que a decisão do Congresso constituinte de tabelar o juro em 12% "é a gota d'água em um copo de desacertos". "Não há Constituição no mundo que trate desse assunto", disse.

Moreira disse que a decisão deve ser respeitada por ter sido tomada pela Constituinte. "Mas trata-se de uma medida irrealista, desfocada da realidade e sem a menor objetividade", afirmou. "Por que não tabelar em 1%, 2% ou 30%, e mesmo por que tabelar os juros?", questionou Moreira. "No próprio texto da Constituição não há justificativa", declarou.

O primeiro vice-presidente da Fiesp disse esperar que no segundo turno, quando serão votadas emendas supressivas, seja revogada a medida. "Caso contrário teremos mais uma lei que não será cumprida", afirmou, citando o exemplo da lei de usura, da legislação ordinária, que também tenta regular taxas de juros mas não é cumprida.

"Já passou a época de nós acreditarmos em Papai Noel". Foi esta a forma que o produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flavio Teles de Menezes, encontrou para dizer que a aprovação do tabelamento dos juros bancários em 12% pela Constituinte não é factível. Também o presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Abram Szajmam, afirmou

que a medida aprovada pela Constituinte não será cumprida.

Flavio Teles, da Sociedade Rural Brasileira, argumentou que a única maneira de se baixar a taxa de juros praticada pelo sistema bancário se dará através do aumento de concorrência. No seu setor, o agropecuário, Flavio Teles disse que a abertura de cooperativas de crédito rural seriam a solução para a escassez de financiamento, e com isso, responsáveis pela queda dos juros praticados.

"Colocar determinados detalhes (como controle das taxas de juros bancários) é um exagero", disse Abram Szajmam. Ele não vê sentido nem significado na aprovação da emenda do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP). Daqui a 20 ou 30 anos, exemplificou Szajmam, 12% podem representar um exagero ou um número irrisório, sem cabimento. Como Flavio Teles, ele também defendeu que o próprio dia-a-dia da economia deve fazer a regulamentação das taxas de juros.

A limitação dos juros reais a 12% ao ano deixou "perplexo" o presidente da Rhodia S/A, Edson Vaz Musa. "Essa decisão da Constituinte pode levar o país ao ridículo" declarou. Para ele, fatalmente o sistema financeiro encontrará "subterfúgios" para driblar a limitação imposta anteontem.

O tom nacionalista nas votações da Ordem Econômica também foi criticado por Musa: "Parece que se optou por mais ações de restrição ao crescimento do país do que por ações de estímulo". Ele disse ter certeza de que as "posições xenófobas e cartoriais não representam a vontade do povo brasileiro".